

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a construção social da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul

Eduardo dos Santos Chaves
Doutorando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
educhaves4@hotmail.com

RESUMO: A organização da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ocorreu após a extinção de todos os partidos políticos existentes até 1965, quando foi necessário abrigar em duas legendas os representantes das diversas correntes políticas até então existentes. No Rio Grande do Sul, as tratativas para a formação da ARENA seguiram um arranjo partidário já existente no período anterior ao fechamento dos partidos, proveniente de um acordo político estabelecido para as eleições estaduais de 1962. Nesse sentido, se por um lado os contatos iniciais foram facilitados por já haver esta aproximação, por outro, percebe-se que a organização do partido foi palco de diversas disputas, no que diz respeito à escolha dos representantes que ocupariam a direção partidária, e também no que se refere à escolha dos candidatos ao executivo e ao legislativo. O presente artigo procura discorrer sobre a formação da ARENA no Rio Grande do Sul, percebendo quais os elementos que permearam a formação desse partido, bem como suas relações com o regime civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar, Direitas, ARENA.

ABSTRACT: The organization of the National Renewal Alliance (ARENA) occurred after the extinction of all existing political parties until 1965, when it was necessary to shelter in two legends representatives of various political tendencies hitherto existing. In Rio Grande do Sul, the negotiations for the formation of the ARENA followed an already existing prior to the closing party period partisan arrangement, from a political agreement for the state elections 1962. Accordingly, if on one hand the initial contacts were facilitated by this approach already there, on the other, it is perceived that the party organization played host to several disputes with regard to the choice of representatives who occupy the party leadership, and also with regard to the choice of candidates for the executive and the legislative. This Communication seeks to discuss the formation of the ARENA in Rio Grande do Sul, realizing what elements permeated the formation of this party, as well as its relations with the civilian - military regime.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship, Right, ARENA.

Introdução

Há diversos trabalhos que versam sobre grupos, organizações e indivíduos que se situam à direita¹ do espectro político brasileiro. São trabalhos sobre as ideias e as práticas dos anticomunistas, sobretudo nas décadas de 1930 e 1960 do século XX, sobre a atuação dos integralistas, assim como sobre as organizações de extrema direita². No entanto, são escassas as investigações acerca da atuação dos setores conservadores da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar, daqueles que estiveram ao lado dos "gorilas" na condução do regime. Os poucos estudos sobre as bases sociais da ditadura, sobre como foram criados os consensos em regimes não democráticos, abre espaço para uma memória coletiva que se diz história e que nos fornece o seguinte diagnóstico sobre o período: a partir da derrubada de João Goulart, em 31 de março de 1964, a direita teria se "acalmado" frente às ações do novo regime, isto é, os militares "anestesiaram" seus ânimos e anseios³. Tal constatação não nos permite pensar a ditadura inaugurada a partir de 1964 como uma construção social, na qual setores importantes da sociedade forneceram legitimidade ao novo governo e, principalmente, colaboraram para os êxitos da ditadura. Ao contrário, ela acredita que a ditadura foi obra única e exclusivamente de uns poucos militares que aspiravam à derrubada de Jango e a perseguição aos setores progressistas da sociedade brasileira. Essa visão, consolidada a partir da Lei de Anistia de 1979, colaborou para a cristalização de uma memória coletiva que retirou os apoios conferidos

¹ A partir das considerações de Norberto Bobbio, as direitas seguem ideais que, por sua vez as definem, assim como definem suas práticas políticas. Para Bobbio, há onze ideais: (1) o individualismo que deve prevalecer sobre a busca da igualdade; (2) a intuição (irracionalismo); (3) tudo o que é sagrado deve primar sobre o profano; (4) a valorização da família tradicional (restrições ao divórcio, proibição do aborto e da homossexualidade); (5) o elogio da nobreza e do heroísmo; (6) o racismo; (7) o militarismo e a obsessão com a defesa e a segurança nacional; (8) o crescimento econômico que deve prevalecer sobre a preservação do meio ambiente e dos interesses mais imediatos dos trabalhadores; (9) o anticomunismo, a valorização da ordem, do machismo e da hierarquia (horror à anarquia); (10) a tradição e o conservadorismo e, portanto, a identificação permanente com as classes superiores da sociedade; (11) a valorização da teoria da retribuição no Direito Criminal, ou seja, penas severas para os criminosos, o que pode incluir a defesa da legalização da pena de morte. Ver; BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

² Sem a pretensão de trazer uma extensa bibliografia sobre as direitas brasileiras, destacamos algumas obras que se tornaram referências sobre o tema. RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: UPF, 2003; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o 'Perigo Vermelho': o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002; DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

³ Podemos dizer que essa perspectiva decorre primeiramente do sucesso de obras de memórias e autobiografias, publicadas a partir do final do regime, por ex-militantes das esquerdas armadas que retornavam ao país com o processo de abertura política. Posteriormente, tal ponto de vista, endossado por parcela da historiografia, entende a ditadura como uma disputa entre a sociedade, os homens de bem que lutavam pelo fim do arbítrio e o retorno da democracia, e os algozes, militares que haviam tomado o poder, sob uma pretensa ameaça comunista, para defender os interesses das classes dominantes. Para uma análise crítica sobre este aspecto, precisamente da obra "*1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*", de René Armand Dreiffus, de 1981, ver: BENEVIDES, Maria Victória. *64, um golpe de classe?*. Lua Nova, São Paulo, n. 58, 2003.

à ditadura por parcela da sociedade e solidificou uma visão que *vitimiza* a sociedade, como se esta tivesse apenas resistido ao regime imposto pelos militares⁴. Segundo as historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat:

Falar das resistências é também - para além das reconstruções *a posteriori* [...] - uma maneira de afirmar a sobrevivência do livre-arbítrio, mesmo em situações as mais adversas. Passado o confronto - da afirmação, da luta contra a negação, mesmo que as tiranias jamais tenham desaparecido - é preciso superá-lo, ir adiante. O trabalho militante diferencia-se, pois, do trabalho do historiador.⁵

Foi nesse sentido, pensando nessa construção memorialística do pós-1979, que o historiador Daniel Aarão Reis Filho questionou a ideia de que toda a sociedade teria resistido à ditadura. Para ele, essa cristalização colaborou com a ideia de que a sociedade, sempre prezando pela democracia, viveu a ditadura como um “pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”⁶. Porém, tal abordagem esqueceu as diversas manifestações de adesão e simpatia que floresceram durante o regime civil-militar. Além das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas antes e após o 31 de março de 1964, o regime contou com vários apoios, que colaboravam na legitimidade de suas ações⁷. Isso se reflete inclusive na sua duração, pois, como questionou Reis Filho: “como

⁴ É importante apontar a produção de duas historiadoras, Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat, que nos últimos anos estiveram atentas ao exame das relações complexas entre sociedade e ditadura. Foram publicados, sob a coordenação das duas historiadoras, quatro volumes que demonstram as reflexões de 37 pesquisadores, de instituições nacionais e estrangeiras, sobre as relações das sociedades de diferentes países e continentes ao longo do século XX com regimes autoritários/ditatoriais e a compreensão de como estes regimes foram produtos sociais, capazes de construir consenso, constituindo-se não exclusivamente – nem sobretudo – pela coerção e por uma suposta manipulação. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Brasil e América Latina, v. 1.

⁵ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, p. 12.

⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.23, n.45, p.171-186, jan./jun. 2010, p. 178.

⁷ Das manifestações ocorridas nesse período, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade constituíram-se em importantes atos que colaboraram com a derrubada do governo de João Goulart, sobretudo a marcha ocorrida em 19 de março de 1964, em São Paulo. Outras, da mesma forma, ocorreram pelas cidades do interior do país. Para maiores detalhes a respeito, ver os seguintes trabalhos: PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Programa de Pós Graduação em História, Rio de Janeiro, 2004. Sobre as entidades femininas que atuaram na deposição do Governo de João Goulart, bem como na legitimação do regime civil-militar, ver os seguintes trabalhos: CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós Graduação em História, São Paulo, 2008; e SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As Mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

este durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?”⁸ É preciso, nesse sentido, investigar os conservadores brasileiros que atuaram no regime, seja na militância política, nas organizações paramilitares, na tortura ao lado de militares etc. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

É preciso observar os grupos e militantes das direitas como agentes políticos, compreender seus objetivos, valores e interesses que, é fundamental perceber, expressam anseios de segmentos sociais importantes. Naturalmente, isso não significa perdoar as violências e crimes cometidos, que precisam ser conhecidos, denunciados e, quem sabe, punidos. Mas, significa inscrever tais ações nos respectivos projetos políticos e situá-los na confluência entre certos contextos e estruturas.⁹

Analisar as mais diferentes formas de pensar e atuar das direitas não significa, como afirmou o Rodrigo Patto Sá Motta, situar-se ao lado dos "algozes", como se o historiador tivesse tomado partido dentro de um quadro de disputas pela memória do regime. Da mesma forma, analisar os conservadores durante a ditadura não corresponde naturalizar suas práticas violentas que resultaram em mortes e desaparecimentos. Como pontuaram Rollemberg e Quadrat:

Em determinados meios – mesmo acadêmicos – ainda sobrevive a crença segundo a qual afirmar a legitimidade de um regime autoritário ou ditatorial, o apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo quando se trata de camadas populares, é o mesmo que defendê-los. Como se a luta política contra o autoritarismo e a ditadura justificasse a deformação da análise, da interpretação, a informação. [...] Afirmar que um tirano foi amado por seu povo não significa concordar com a tirania, apoiar suas ideias e práticas. Tampouco o falseamento das relações da sociedade com o autoritarismo deve ser um instrumento válido e útil para combatê-lo. Ao contrário, conhecê-las é o primeiro passo para transformá-las. São os valores e as referências, as culturas políticas que marcam escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo. Aliás, a deturpação da informação, do conhecimento, não seria também um ato autoritário?¹⁰

⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*, p. 174.

⁹ MOTTA, Rodrigo P. S. *História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, janeiro-junho, 2012, p. 65.

¹⁰ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, p. 12.

A formação do partido

Partindo dessas reflexões e questionamentos, o presente texto pretende investigar o surgimento da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Estado do Rio Grande do Sul, verificando as principais questões que estiveram em pauta quando de sua formação¹¹. É importante frisar que a dinâmica político-partidária gaúcha anterior ao bipartidarismo deve ser vista a partir da constante disputa entre duas forças existentes: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o "bloco conservador", liderado pelo Partido Social Democrático (PSD). Essa polarização, PTB *versus* anti-PTB, além de diferenciar a dinâmica gaúcha de outras competições em nível nacional, colaborou na organização dos dois partidos que surgiram a partir do AI-2: a ARENA e o MDB. Se no Rio Grande do Sul o "porta voz" dos conservadores foi o PSD, que migrou em "massa" para a ARENA, no restante do Brasil o partido chegou a compor com os trabalhistas e disputou pleitos eleitorais com a União Democrática Nacional (UDN).

Nesse sentido, a ARENA embora tenha sido um partido que colaborava com a ditadura, dando sustentação e legitimidade a vários atos dos governos dos cinco generais-presidentes, sua trajetória não deve ser resumida a de um partido que servia aos interesses do regime. Pelo contrário, é importante pensar, antes de tudo, que na ARENA ocorreram disputas e discordâncias em relação a diversas medidas apresentadas pelo governo federal, além de cisões e discussões acaloradas que permearam os partidos nas esferas estaduais e municipais, como é o nosso caso. A partir de 1965, com a criação do partido, é fundamental frisar o rearranjo partidário que articulava políticos das antigas legendas, muitas vezes adversários em pleitos eleitorais anteriores a 1965. É preciso considerar que estas disputas estavam distantes de ameaçar o regime ditatorial no Brasil e a legitimidade do recentemente criado partido "revolucionário". Conforme Lucia Grinberg:

É certo que havia disputas permanentes nos diretórios da Arena e que uma das questões mais difíceis para os arenistas era tornar possível a convivência, em um só partido, de lideranças de várias legendas extintas, principalmente da UDN e do PSD, tradicionais adversários políticos desde 1945. Mas talvez a Arena fosse mesmo um dos maiores partidos do Ocidente, já que reuniu a maior parte dos políticos em atividade quando fundada em 1965. Na época, construiu diretórios municipais por todo o território nacional, o que

¹¹ Sobre a atuação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Brasil, ver: GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009.

demonstra um grande esforço organizacional. Além disso, após a sua extinção, em 1979, deu origem aos dois maiores partidos conservadores do período democrático inaugurado em 1984: o PDS e, posteriormente, o PFL.¹²

No Rio Grande do Sul, a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) contou com o apoio de políticos e do próprio governador na época Ildo Meneghetti¹³. Conforme matérias veiculadas pelo jornal *Diário de Notícias*¹⁴ nesse período, o grupo político que apoiava o governo Castello Branco, apesar de vir a lamentar a perda de sua sigla partidária, acabou, grosso modo, aceitando a medida. O jornal apresentava a ideia de que essa mudança não trouxe maiores revoltas, pois os partidos já há tempos teriam perdido a confiança do povo e estariam resumidos ao simples agrupamento em torno de siglas partidárias. A essência dos partidos há muito estaria deturpada, o que era prejudicial ao processo político. Dessa forma, a dissolução das agremiações partidárias poderia permitir a reorganização da vida política brasileira, mas, para tanto, seria necessário, atrair também elementos novos para o cenário político, pois, de outra maneira, havia o risco de não promover a renovação necessária, fazendo-se somente uma substituição de siglas partidárias. Ainda havia a notícia, segundo a imprensa, de que na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a indefinição em relação às medidas futuras a serem tomadas na política refletiu-se na diminuição do interesse dos deputados em relação à apresentação de projetos e até mesmo para ocupar a tribuna. À medida que os novos partidos foram se configurando, os debates políticos assumiram novas feições.

Após a decretação do AI-2, havia especulações, espalhadas pela imprensa, sobre a possibilidade de formar até três partidos: um que apoiasse a “Revolução de março de 1964”, um segundo de oposição e um terceiro, que congregaria políticos considerados de “centro”. A nova legislação impedia grandes possibilidades de arranjos partidários. Além disso, para se somar a essa situação de desarticulação partidária foi decretado em 20 de novembro de 1965 o Ato Complementar nº 4 (AC-4), determinando que as novas organizações partidárias deveriam possuir no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores. Nesse sentido, só seria possível a

¹² _____ . *Partido Político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979), p. 12.

¹³ Como governador do estado do Rio Grande do Sul, Meneghetti tinha um posicionamento político muito bem definido com diversos grupos que colaboraram na desestabilização do governo de João Goulart. No entanto, é importante destacar que após o bipartidarismo e o surgimento da ARENA no Rio Grande do Sul, Meneghetti, mesmo sendo substituído por Walter Peracchi Barcelos, declarava na imprensa que "faça parte ou não da ARENA apoiarei os candidatos indicados por ela". *Correio do Povo*, 02/02/1966, p. 22.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 03/02/1966, p. 13.

criação de três partidos políticos, visto que o Congresso comportava naquele contexto 409 deputados e 66 senadores.

Conforme Maria D’Alva Gil Kinzo, o AC-4 criava um quadro partidário que dividiria a política brasileira entre aqueles que apoiavam ou não o governo: “tratava-se de aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime implantado pelo movimento militar de 1964, deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais”¹⁵.

Esse quadro de normas para a constituição de novas organizações partidárias provocaram diversas reações. Muitos grupos aplaudiam as medidas governamentais, inclusive defendendo abertamente as medidas estabelecidas. No entanto, outros se mostravam receosos diante das possibilidades de organização dos arranjos políticos dali em diante. Na segunda metade do mês de novembro de 1965, o jornal *Diário de Notícias*¹⁶ já apontava a possibilidade de funcionarem apenas dois partidos políticos.

Diante das novas regras estabelecidas, um grupo se organizou e aglutinou, em um único partido, políticos que faziam a defesa do regime estabelecido, o que repercutia na articulação, e posterior criação, de apenas mais uma agremiação partidária. Com dificuldades de recrutar o número mínimo de membros, sobretudo de senadores, foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 4 de dezembro de 1965. De acordo com Kinzo, as dificuldades na criação do MDB se deram em função de muitos políticos não verem como atrativa a ideia de participar de um partido de oposição num regime autoritário.

Já a ARENA não enfrentou problemas para atingir o número mínimo de membros, porém encontrou grandes dificuldades na sua organização, em função de aglutinar diversas correntes políticas, que tinham praticamente como único objetivo a defesa da ditadura, como foi posto acima. No Rio Grande do Sul, assim como em outras localidades do Brasil, a ARENA congregou os membros da Ação Democrática Popular (ADP), um bloco partidário criado antes das eleições estaduais de 1962 que reunia PSD, PL, PDC, PRP e UDN. Segundo Ângela Flach, “este grupo de partidos elegeu Ildo Meneghetti ao governo do Estado no pleito de 1962. A ADP foi criada para fazer oposição ao PTB, que até 1962 ocupou, com Leonel

¹⁵ KINZO, Maria D’Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980, p. 219.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 23/11/1965.

Brizola, o governo estadual.”¹⁷ Além da coligação para as eleições estaduais, houve uma tendência de também fazer coligações entre esses partidos para as eleições municipais de 1963.

Por apresentar essa diversidade em sua composição, a ARENA enfrentou, ao longo de sua trajetória, acirradas disputas internas. Para isso, o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas foi a formação de sublegendas, que possibilitava que diferentes grupos, agora atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais.

Em 15 de março de 1966, tanto a ARENA quanto o MDB passaram a ter existência legal. No Rio Grande do Sul, a ARENA foi criada em 27 de janeiro de 1966 e era formada pelos seguintes órgãos no Estado: Comissão Diretora Regional, composta por 71 membros, Conselho Fiscal, com três membros e três delegados. A participação da ARENA gaúcha no Diretório Nacional também se fez presente com Tarso Dutra (ex-PSD), Daniel Krieger (ex-UDN), Euclides Trichês (ex-PDC) e Brito Velho (ex-PL).

Na direção da ARENA gaúcha estiveram reunidos membros dos seguintes partidos extintos: PSD, PL, PRP, PDC e UDN. O primeiro presidente do Diretório Regional foi o deputado Francisco Solano Borges, ex-PL. De acordo com a imprensa da época, outros políticos estavam interessados na presidência do partido, como Sinval Guazzelli, ex-UDN, Alberto Hoffmann, ex-PRP, e José Sperb Sanseverino, ex-PDC. Essa mesma composição da ARENA estadual, com a arrematamento de diversos partidos políticos, também foi percebida em muitos dos municípios gaúchos. Tal constatação nos leva a pensar que o surgimento da ADP, nas vésperas das eleições estaduais de 1962, facilitou, de certa forma, os contatos entre os membros de partidos políticos diversos na organização da ARENA gaúcha. No entanto, essas mesmas tratativas não minimizaram as disputas envolvendo os nomes que deveriam compor as Comissões Diretoras Municipais, bem como os órgãos das esferas estaduais e federais. De acordo com Grinberg, "ao extinguir os partidos, o AI-2 criou novos conflitos, pois fortaleceu o poder executivo e gerou um desequilíbrio entre os grupos que apoiavam o movimento".¹⁸

¹⁷ FLACH, Ângela, HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento nem tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 55-56.

¹⁸ GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)*, p. 40.

Conforme Flach, foi muito perceptível o quanto “o pertencimento aos antigos partidos políticos acabou assumindo importância no momento de organização da ARENA nas esferas municipais.”¹⁹ Em diversos momentos da trajetória do partido no Rio Grande do Sul percebeu-se que nas negociações políticas para os pleitos eleitorais municipais prevaleciam antigas alianças anteriores a 1965, o que evitava que a ARENA fosse monopolizada por uma antiga agremiação.

Em relação às alianças, os candidatos, os eleitores e os votos conferidos à ARENA, Lucia Grinberg nos chama a atenção para os resultados eleitorais do partido, demonstrando que esses resultados significavam o apoio de grande parte da sociedade ao regime. No entanto, Grinberg considera importante não somente atentarmos para o número de votos, mas também às pessoas que se candidataram e receberam esses votos, pois, segundo ela “[...] o voto não é orientado apenas pela legenda, mas em grande parte pelo reconhecimento do candidato pelo eleitor.”²⁰ Ou seja, é importante que se conheça os vínculos entre os candidatos da ARENA e seu eleitorado antes do golpe civil-militar de 1964 e o novo regime.

Uma das principais polêmicas que permearam a formação do partido no Rio Grande do Sul foi a proposta de manutenção ou não do acordo eleitoral estabelecido entre os partidos que compunham a ADP. Conforme Flach²¹, o acordo estabelecia que a cada ano do governo Meneghetti, a Presidência da Assembléia Legislativa caberia a um dos partidos que compunham a sua base de sustentação. Para o ano de 1966, portanto, o protocolo firmado estabelecia que a Presidência da Mesa caberia ao PRP e, dessa forma, os perrepostas engajaram-se no sentido de que tal ponto fosse cumprido, sendo que indicariam o nome de Alberto Hoffmann para essa função. Diversos políticos se mostraram contrários à manutenção do acordo político, uma vez que não existiam mais os partidos, o que os desobrigava a votarem conforme as normas anteriores ao AI-2. Os membros desses antigos partidos entendiam que extintas essas agremiações políticas, automaticamente estava extinto o

¹⁹ FLACH, Ângela, HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento nem tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*, p. 55.

²⁰ GRINBERG, Lucia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauri, SP: Edusc, 2004, p. 148.

²¹ FLACH, Ângela, HEINZ, Flávio Madureira, VARGAS, Jonas Moreira, MILKE, Daniel Roberto. *O Parlamento nem tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 56.

protocolo estabelecido pela ADP²². O debate foi bastante acirrado dias antes da eleição da nova mesa da Assembleia, durante o mês de março de 1966.

Apesar dos perrepistas se empenharem para fazer valer o antigo acordo estabelecido pela ADP, na eleição de 10 de março de 1966 foi escolhido o nome de Alfredo Hoffmeister (ex-PSD), para ocupar a Presidência da Assembleia. Esse fato gerou descontentamentos por diversos setores da ARENA, que desejavam o cumprimento do acordo anterior. Na ocasião foi inclusive publicada uma nota na imprensa na qual alguns deputados da ARENA declaravam que “a ética e as boas normas de convivência política deveriam manter o protocolo válido.”²³ Esse ponto, portanto, não desagradou somente os ex-militantes do PRP, mas homens de antigas correntes partidárias, o que demonstra que a ARENA gaúcha desde o seu surgimento já apresentava acirradas disputas internas.

Duas questões acima nos chamam a atenção diante da escolha da presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A primeira diz respeito à disputa interna na ARENA gaúcha e a permanência de afinidades políticas entre os membros de partidos políticos extintos. Ou seja, havia ligações e afinidades políticas entre os gaúchos da ARENA, anteriores a 1964. Afinidades que se materializavam como reflexos de antigas alianças políticas que se constituíram ao longo da história contemporânea do Rio Grande do Sul. A segunda questão se refere às declarações dos deputados arenistas descontentes com a vitória de Alfredo Hoffmeister à Presidência da Assembleia. Nos pronunciamentos é perceptível a expressão ética como uma palavra-chave na condução do novo partido político então fundado, a ARENA. Essa expressão parece ser uma tentativa de demonstração, por parte dos gaúchos arenistas em se distinguir dos companheiros partidários de outros estados. Em diversos pronunciamentos dos deputados estaduais, que constam nos *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, há passagens em que esses se intitulam membros do “partido da ética”, na tentativa de se desvincular de outras diretorias regionais.

Embora façam parte de um partido político nacional, os arenistas gaúchos, sobretudo deputados federais, estaduais, prefeitos e vereadores, discutiram, no decorrer da trajetória do partido, questões de âmbito regional, o que, provavelmente, contribuía para a formação da ideia de um partido no Rio Grande do Sul diferente dos demais estados do Brasil. Além da já mencionada disputa política anterior ao bipartidarismo, acontecimentos políticos nacionais

²² “A ARENA tenta manter o protocolo dos ex-partidos”. *Correio do Povo*, 5/3/1966, p. 7.

²³ “Repercuta ainda a vitória da ARENA: revelas interpretações dos fatos”. *Correio do Povo*, 20/3/1966, p. 7.

como a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, as inúmeras denúncias de torturas contra presos políticos, a continuidade das cassações de mandatos, os expurgos em instituições públicas fizeram com que muitos arenistas se pronunciassem contrários às medidas adotadas. Toda a trajetória do partido vai ser pautada por discussões entre as esferas federais e estaduais nem sempre orientadas pela "obediência" ao executivo. No Rio Grande do Sul, as eleições de 1968, 1970, 1972, 1974, 1976 e 1978 definiram uma nova dinâmica nos pleitos eleitorais, que marcou o crescimento e o declínio da ARENA. Nas eleições de 1968, a ARENA, com três anos de existência, conquistou inúmeros votos, elegendo prefeitos e vereadores em diversos municípios, inclusive em regiões anteriormente dominadas pelos trabalhistas, como é o caso da região metropolitana de Porto Alegre, em que os arenistas foram eleitos nas cidades de Viamão, Guaíba e Gravataí. O resultado das eleições de 1968 pode ser visto, em parte, como a continuidade das alianças tecidas nas eleições de 1959, em que os conservadores, liderados pelo PSD, estiveram engajados na luta contra o PTB. Da mesma forma, tais resultados também representavam um aval dado pelos eleitores ao novo regime.

Depois da polêmica em relação à Presidência da Assembleia Legislativa, um novo fato tornou-se palco das disputas partidárias. A partir da edição do Ato Institucional nº3, em 5 de fevereiro de 1966, a escolha dos governadores dos estados seria realizada pelas Assembleias Legislativas. Para escolher seu candidato, a ARENA realizou uma convenção, da qual saiu vitorioso o Coronel Walter Peracchi Barcellos, que obteve 252 votos, contra 236 votos conferidos para Tarso Dutra e 15 para o Professor Ruy Cirne Lima.

Mesmo ganhando na convenção da ARENA, Peracchi Barcellos não conseguia garantir sua vitória ao governo do Estado, sendo que o MDB possuía maioria dos deputados na Assembleia. Além disso, um grupo formado por trinta e um deputados, em sua grande maioria de oposição, articulava a candidatura do Professor Ruy Cirne Lima para o governo do Estado, o que aparentemente seria uma vitória certa. A reação dos militares, com o apoio de setores civis, inclusive de deputados arenistas, foi a cassação dos mandatos de sete deputados estaduais no mês de julho de 1966. As cassações não eram nenhuma novidade no Brasil daquele ano, uma vez que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul já estava modificada desde 1964, quando ocorreram as primeiras cassações de mandatos.

Diante das cassações de julho de 1966, os deputados da oposição já não eram mais a maioria da Assembleia, pois os candidatos convocados para assumir os mandatos não podiam

ser os suplentes dos deputados cassados. Assim, a candidatura de Ruy Cirne Lima nem sequer foi oficializada.

Dessa forma, a vitória de Peracchi Barcellos estava garantida. Na eleição realizada em setembro de 1966, à qual compareceram somente os deputados da ARENA, Peracchi recebeu os votos de vinte e três deputados, sendo que outros três deputados, contrariando a orientação do partido, acabaram votando em branco. Os deputados do MDB não compareceram à sessão de escolha do novo governador e publicaram uma nota de protesto pelas condições em que teria ocorrido a eleição, visto que o governador havia sido escolhido por um número de deputados que representavam pouco mais de um terço da representação popular legitimamente eleita.

Considerações finais

Ao longo da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, os debates entre os deputados do MDB e da ARENA serão acirrados. As acusações por parte do MDB de que a ARENA e/ou que os militares realizavam diversas manobras políticas para se estabelecer no poder são constantes. No entanto, isso não anula a existência dos arenistas no Rio Grande do Sul e muito menos suas expressivas votações nos pleitos eleitorais ao longo dos anos 70 e, inclusive, a permanência de políticos como deputados, prefeitos e vereadores após a abertura política. Esses dados são importantes para pensar nas permanências das alianças político-partidárias e no estabelecimento das relações desses políticos com seu eleitorado após o final do regime. Além disso, isso nos permite pensar, de certa forma, em uma cultura política autoritária, uma vez que esses políticos defendiam abertamente o projeto de modernização conservadora da ditadura, a cassação de mandatos, os expurgos em universidades e escolas, a eliminação física dos grupos de guerrilha e, em alguns casos, a tortura. Se receberam um considerável número de votos é por que tinham aceitação de parcelas importantes da sociedade gaúcha, que nem sempre foi resistente quanto se imaginou.

Os debates seguidamente se pautavam sobre declarações que eram prestadas por um deputado da ARENA e rebatidas por membros do MDB e vice-versa. Em diversos momentos em que o governo tomava medidas polêmicas, os deputados do MDB ocupavam a tribuna manifestando a sua contrariedade ao que estava sendo colocado. Já os deputados da ARENA, por sua vez, buscavam justificar tais medidas, defendendo sua necessidade. No entanto, não

podemos imaginar que todas as medidas adotadas pela ditadura foram acatadas pelos arenistas. Ao mesmo tempo em que não podemos pensar na inexistência de diálogos, muitas vezes elogiosos, entre políticos do MDB e da ARENA. Em agosto de 1977, por exemplo, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a então deputada Dercy Furtado (ARENA) reproduziu seu depoimento, prestado na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, sobre a situação da mulher no Brasil. Na ocasião, Furtado fez inúmeros apontamentos em relação ao tema e declarou, ao final do pronunciamento, sua afinidade com os "revolucionários" de 1964.

Passados os piores momentos de nossa História, quando a intranquilidade residia nos lares, quando as decisões exigiam cirurgia e operações corretivas, formou-se na opinião pública o consenso de normalidade, procedida, antes que tudo, pelo retorno do primeiro dos direitos, adotado pela constituição revolucionária, qual seja, o direito de defesa. A inteligência dos nossos dirigentes, que sempre souberam construir uma História incruenta da qual tanto nos orgulhamos e o espírito democrático dos nossos maiores líderes, certamente encontrarão o caminho para recolocar em nossas instituições, a pedra fundamental do direito de defesa.²⁴

Dercy Furtado era uma arenista e, assim como boa parte dos membros do partido, se posicionava de maneira favorável em relação às medidas adotadas pelo regime, inclusive considerando-as como fundamentais, "cirúrgicas" como mencionou. Porém, é surpreendente que na sequência do seu pronunciamento, o deputado estadual Pedro Simon, ex-PTB e uma das grandes lideranças do MDB gaúcho, tenha feito elogios a deputada, afirmando que: "[...] foi com grande, grande alegria [...] que assisti parte de seu pronunciamento no Congresso Nacional."²⁵ Ele se referia aos pontos relativos à situação da mulher no Brasil. Embora não tenha se preocupado com a reverência de Furtado em relação ao golpe de março de 1964 e à própria ditadura, esses elogios apontam para as relações nem sempre pautadas pela animosidade entre MDB e ARENA. Aliás, após o fim do bipartidarismo e o surgimento de novos partidos políticos, a partir de 1979, não foram poucos os arenistas que migraram para partidos que aglutinaram, em sua grande parte, ex-militantes das esquerdas armadas e políticos considerados de esquerda. Furtado, por exemplo, após a extinção da ARENA, se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação que tinha em suas fileiras o ex-governador Leonel Brizola, o deputado Alceu Collares e a ex-guerrilheira Dilma Rousseff.

²⁴ *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, 25 de agosto de 1977, p. 542.

²⁵ *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, 25 de agosto de 1977, p. 542.

Durante sua trajetória, a ARENA foi considerada o partido que dava sustentação ao regime militar no Brasil. Mas sua atuação não deve ser resumida a isso, pois, como já foi dito, o partido reuniu antigas agremiações políticas, que durante a ditadura vão disputar a direção partidária, assim como os votos dos eleitores. Com certeza, podemos dizer que nos momentos de crise ou não do regime, os arenistas vão se colocar ao lado do governo, garantindo a aprovação de projetos, assim como defendendo os Atos Institucionais. No entanto, concordo com Lucia Grinberg quando afirma que a ARENA não existiu como entidade abstrata, e, sim, como o resultado de práticas de milhares de pessoas em todo o território nacional, como eleitores, simpatizantes, militantes e políticos.

No Rio Grande do Sul, a trajetória da ARENA deve ser vista como a continuidade de práticas de partidos e organizações de direita que desde o final do Estado Novo estiveram disputando eleições estaduais e municipais, entidades e instituições, assim como propagando seus ideais pelos vários cantos do estado. Os gaúchos, assim como paulistas, cariocas, mineiros e pernambucanos também marcharam com Deus pela liberdade, no dia 07 de abril de 1964 em Porto Alegre, dando legitimidade ao movimento golpista. Inclusive a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi encabeçada pela Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), entidade que tinha em suas fileiras a esposa do governador do Estado na época, Judith Meneghetti. Nesse sentido, fica claro que nem todos os gaúchos nutriam simpatias pelo ex-governador Leonel Brizola e pelo presidente deposto João Goulart, assim como nem todos estiveram como combatentes da "luta" contra a tirania. A valorização e o superdimensionamento das mais variadas formas de resistência à ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, principalmente a atuação do movimento estudantil e a formação de organizações guerrilheiras, acaba encobrendo a trajetória de inúmeros gaúchos e gaúchas que colaboraram com o autoritarismo.

Recebido em: 08/12/2013

Aprovado em: 06/02/2014